

LEI Nº 72, DE 15 DE SETEMBRO DE 2005.

(Revogada pela Lei nº 25/2010)



**DEFINE A OBRIGAÇÃO JUDICIAL DE
PEQUENO VALOR A QUE ALUDE O §
3º, DO ART. 100, DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL E ADOTA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica definido em 10 (dez) salários mínimos, a obrigação judicial de pequeno valor a que alude o § 3º, do Art. 100, da Constituição Federal.

§ 1º A obrigação judicial de pequeno valor compreende as devidas tanto pela Administração Direta, quanto pela Administração Indireta do Município.

§ 2º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste Artigo, o pagamento far-se-á, sempre por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia do crédito do valor excedente que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório.

Art. 2º Para fins de pagamento da obrigação prevista no Artigo anterior, será necessária a apresentação de requerimento firmado pelo interessado ou seu procurador judicial, à Procuradoria Jurídica do Município, instruída com certidão expedida pelo Cartório ou Secretaria do Juízo originário, demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo, a data da homologação da conta, a liquidez da obrigação, bem como a inexistência de expedição de precatório, perda de objeto ou desistência deste.

§ 1º Possuindo o interessado procurador judicial constituído nos autos, o pagamento somente será efetuado mediante anuência deste, nos termos da Lei Federal nº 8906, de 04 de julho de 1994;

§ 2º O pagamento será efetuado, preferencialmente, mediante depósito, à disposição do Juízo originário.

Art. 3º A Procuradoria Jurídica do Município elaborará relação das obrigações de pequeno valor, na ordem cronológica estabelecida no caput, do Art. 100 da Constituição Federal, devendo os pagamentos serem realizados na ordem de preferência respectiva.

Art. 4º Fica proibida a expedição de precatório complementar ou valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste Artigo, e em parte, mediante expedição de precatório.

Art. 5º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, em cada caso, a celebrar acordo com a parte credora, para o pagamento da obrigação de pequeno valor, em até 24 (vinte e quatro) parcelas iguais, respeitando sempre a ordem de preferência.

Art. 6º A presente lei atinge o pagamento tanto das obrigações vencidas à data de sua publicação, quanto das obrigações vincendas a partir desta.

Art. 7º Para cumprimento do disposto na presente lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas nos Arts. 44 e 45, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, proibida a designação de casos ou pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ,
AOS 15 (QUINZE) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2005.

JOSÉ CARLOS BECKER DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal